

Educação para o trabalho rural: o ‘asilo agrícola’ do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1869 – 1889

Begonha Bediaga*

Resumo: No artigo, analisa-se o ‘Asilo Agrícola’, um estabelecimento do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura criado em 1869 para abrigar em regime de internato meninos pobres e órfãos. Os objetivos eram habilitá-los ao trabalho rural e propiciar o ensino elementar. Identificam-se os principais debates acerca do ensino agrônômico e as dificuldades do império para implantar escolas agrícolas. Apresentam-se evidências de que o ‘Asilo Agrícola’ se tornou exequível, em parte, por agregar ao ensino agrícola meninos pobres e órfãos no contexto que antecedeu a Lei do Ventre Livre. Constatando-se que o ‘Asilo Agrícola’ é quase desconhecido pela historiografia, destaca-se a contribuição do artigo para as pesquisas em história da educação, ensino agrícola e infância desvalida.

Palavras-chave: história da educação brasileira, internato, ensino agrícola, Brasil Império.

* Historiadora e Doutora em história das ciências pela Unicamp. Pesquisadora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, atua nas áreas de história do Brasil e história das ciências, com ênfase em jardins botânicos, história natural e ciências agrícolas. E-mail: begonha.bediaga@gmail.com.

Schooling for peasants: the Agricultural School of the Imperial Institute of Rio de Janeiro (1869-1889)

Begonha Bediaga

Abstract: The Agricultural School, an establishment of the Imperial Agricultural Institute of Rio de Janeiro, founded in 1869, housed orphans and poor boys so that they could be schooled in basic education and, at the same time, capacitated to field work. The main debates on agronomy and the difficulties that the Brazilian Empire met to deploy agricultural schools are discussed. Evidence exists that Agricultural Schools became feasible due to the fact that agricultural teaching was provided to poor children and orphans during a period prior to the Law of Free Birth (Lei do Ventre Livre). Since the Agricultural School is almost unknown by historiography, current paper contributes towards research on the history of Education, agricultural education and abandoned children.

Keywords: history of Brazilian education, boarding schools, agricultural education, Empire of Brazil.

Educación para el trabajo rural: el *asilo agrícola* del Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1869 – 1889

Begonha Bediaga

Resumen: El artículo analiza el *Asilo Agrícola*, un establecimiento del *Imperial Instituto Fluminense de Agricultura* creado en 1869 para acoger en régimen de internado a niños pobres y huérfanos. Los objetivos eran habilitarlos al trabajo del campo y proporcionar la enseñanza primaria. Se identifican los principales debates sobre la educación agrícola y las dificultades del imperio brasileño en implantarse escuelas agrícolas. Se presentan evidencias de que el *Asilo Agrícola* se volvió ejecutable, en parte, por agregar la enseñanza agrícola a los niños pobres y huérfanos en el contexto que precedió a la *Lei do Ventre Livre*. Constatándose que el *Asilo Agrícola* es casi desconocido por la historiografía, se señala la contribución del artículo para las investigaciones en historia de la educación, enseñanza agrícola e infancia desvalida.

Palabras clave: historia de la educación brasileña, internado, enseñanza agrícola, Brasil Imperio.

Introdução

O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura foi fundado pelo imperador d. Pedro II em 1860, juntamente com outros institutos agrícolas na Bahia, Pernambuco, Sergipe (Brasil, 1859a, 1859b, 1860a, 1860b). No mesmo período, o governo criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Macop)¹. Tais eventos revelam o propósito do Estado e do imperador em atender às reivindicações dos proprietários rurais, então insatisfeitos com as mudanças em curso, sobretudo com o fim do tráfico de escravos em 1850 e a chamada ‘Lei de Terras’ do mesmo ano.

O Império buscava, assim, aprimorar as relações com os proprietários de terras, sua sustentação política e econômica. A criação dos institutos agrícolas tinha como objetivos apresentar projetos de melhoramento da agricultura, propor mudanças na rotina da lavoura com a incorporação de princípios científicos e a introdução de máquinas e instrumentos agrícolas nas atividades rurais, porém sem grandes alterações no modelo agroexportador vigente no país. O fim da escravidão, ponto de tensão constante entre proprietários rurais e Estado, seria sugerido de forma indireta por esses institutos, fosse advogando o uso de maquinaria agrícola, fosse defendendo a fixação de colonos imigrantes nas fazendas, ou mesmo expondo os benefícios obtidos pela agricultura em países onde a mão de obra escrava fora abolida. O ensino agrícola era professado como um tema relevante no sentido de prover a agricultura de mão de obra especializada e, assim, permitir a modernização da lavoura.

O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, embora fosse uma instituição de caráter privado, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, devia reportar suas atividades nos relatórios anuais do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Macop), do qual recebia subvenção anual. Ademais, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, além do presidente e vice-presidente, eram nomeados pelo imperador.

Seus sócios eram membros do Estado, proprietários rurais e homens das ciências. Além do ‘Asilo Agrícola’, o Imperial Instituto Fluminense de

¹ Inicialmente era a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Neste texto, doravante, utilizo a abreviatura Macop para designar o órgão, independentemente das diversas denominações que ele teve (Brasil, 1860c).

Agricultura era formado por mais três estabelecimentos: o Jardim Botânico², a Fazenda Normal³ e a Revista Agrícola⁴.

Para compreender os motivos que levaram uma instituição voltada para a melhoria da agricultura se dedicar também ao amparo a órfãos, faz-se necessário abordar o tema no contexto do segundo império.

Estudos sobre a história da proteção aos desvalidos apontam que, a partir da segunda metade do século XIX, a filantropia incorporou discursos que se diziam ‘científicos’, tendo em vista projetos de instrução voltada para o trabalho em oposição à assistência caritativa de cunho intuitivo (Marcílio, 2006). Verifica-se, então, o processo de intervenção do Estado em atividades e setores que, até então, eram predominantemente encabeçados por instituições religiosas. Segundo Gondra e Schueler (2008), o Estado, as Igrejas e a Sociedade Civil foram as forças atuantes na instrução durante o império.

Ora aliados, ora em campos distintos, os aparatos público, religioso e ‘civil’ não podem ser vistos como forças isoladas, completamente separadas. As ações que promovem se encontram articuladas, embora nem sempre na mesma direção, com a mesma intensidade e valendo-se dos mesmos recursos, como fica evidenciado na produção das formas educativas do século XIX (Gondra & Schueler, 2008, p. 16, grifo do autor).

Vale destacar aqui um personagem que exemplifica a conciliação das três forças voltadas para a educação e o amparo aos desvalidos: Luís

² Atualmente, é o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, localizado no bairro com o mesmo nome. A instituição, criada em 1808, foi cedida pelo governo ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura em 1861. Com a proclamação da República retornou à jurisdição do Estado.

³ A Fazenda Normal funcionava em área contígua ao Jardim Botânico onde eram realizadas plantações experimentais técnico-científicas. Os objetivos eram aprimorar variedades de vegetais para melhor adaptação ao solo e ao clima de forma a melhorar a qualidade e aumentar a produtividade da agricultura.

⁴ A Revista Agrícola, criada em 1869, buscava divulgar os conhecimentos das atividades rurais em prol da ‘modernização’ da agricultura e do abandono das práticas agrícolas tradicionais (Bediaga, 2013).

Pedreira do Couto Ferraz⁵. Comprometido com a política estratégica do segundo império, ligado à Santa Casa de Misericórdia, fundador e dirigente de agremiações civis importantes em relação ao tema, tendo ocupado importantes cargos do império, como o de presidente da província do Espírito Santo e do Rio de Janeiro e o de ministro do império no famoso Gabinete do Paraná entre 1854 a 1858, ele foi presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura entre 1865 até 1886. Em sua trajetória pública, teve destaque nas ações voltadas para o ensino e a proteção aos desvalidos, a exemplo do Regulamento do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte (Decreto nº 1.331-A, de 17/2/1854), chamada Reforma Couto Ferraz. Esteve à frente da criação da Associação Protetora da Infância Desvalida, que chegou a presidir, foi membro da diretoria fundadora da Associação Brasileira Protetora da Infância Desamparada, criada em 1883 (Schueler, 2000) e se empenhou-se na fundação do Asilo dos Meninos Desvalidos (Souza, 2009; Martins, 2004; Rizzini, 2009).

A Reforma Couto Ferraz instituiu vagas gratuitas no ensino primário dos colégios particulares, em regime de internato, buscando, assim, garantir amparo aos desvalidos. Sobre a Reforma, Martins observa:

Vale dizer que uma das primeiras medidas relevantes no campo da instrução pública no Brasil ocorreu em 1854 no gabinete do Visconde de Paraná. O Ministro e Secretário dos Negócios do Império, Luís Couto Ferraz, elaborou um regulamento para a reforma do ensino primário e secundário destinado ao município da Corte que previa mudanças desde os aspectos materiais, como a construção de escolas de primeiro grau, incluindo neste projeto a criação de um asilo para a infância desvalida, e a criação de escolas normais a fim de garantir a preparação do corpo docente (Martins, 2004, p. 40).

De acordo com Castanha, a chamada Reforma Couto Ferraz foi o principal projeto de instrução pública no Império:

⁵ Luís Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886) foi condecorado barão e, posteriormente, visconde do Bom Retiro. Amigo íntimo de d. Pedro II, exerceu o comando do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura sob ‘orientação’ velada do imperador durante 21 anos. Sobre o assunto ver Limeira e Schueler (2008) e Bediaga (2014).

Pode-se afirmar, com segurança, que a reforma Couto Ferraz foi o marco divisor em relação à organização da instrução pública primária, no Brasil imperial, tanto na Corte, como nas províncias. As ideias apresentadas pelo Ministro foram sendo incorporadas nas reformas da instrução nas províncias. As reformas também ocorreram no ensino secundário e superior. É daquele período a fundação das primeiras instituições de atendimento às pessoas com necessidades especiais, especialmente os surdos-mudos e os cegos (Castanha, 2007, p. 59).

É possível inferir, portanto, que o ‘Asilo Agrícola’, criado na gestão de Couto Ferraz no Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, respondia de certa forma a um projeto imperial que datava pelo menos da década de 1830, conforme se observa nos artigos, projetos de lei, manuscritos e debates sobre a necessidade de se criar uma escola prática de agricultura. Não cabe, aqui, analisar em detalhes as diferentes tendências que se formaram acerca do assunto, mas apresentam-se, em linhas gerais, os principais eventos sobre o tema.

Em 1837, os terrenos adjacentes ao Jardim Botânico foram cedidos à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain) (Brasil, 1837a). O objetivo era criar um estabelecimento de ensino agrícola destinado a formar “agricultores hábeis, como aparecem em alguns países da Europa”, “aproveitando-se para isso a mocidade pobre e desvalida”. Entretanto, segundo o relatório ministerial de 1837, a Sain renunciou à concessão, “julgando [...] que algumas das condições eram demasiadamente onerosas, e que o tempo do usufruto era também por extremo limitado [...]” (Brasil, 1837b, p. 34). Contudo, foi dada continuidade nas negociações, durante as quais a Sain insistia em receber maior apoio do governo.

O governo, por sua vez, regulamentou uma Escola de Agricultura Teórica e Prática na Lagoa Rodrigo de Freitas (Arquivo Nacional, 1838) com propósitos bastante ambiciosos: além das aulas, a direção deveria se encarregar da criação de um jornal, um museu e um catálogo de plantas exóticas e indígenas a ser plantadas e aclimatadas. Tal estabelecimento, no entanto, não saiu do papel e o projeto de criar uma escola de agricultura foi adiado.

O debate sobre a necessidade de implantar o ensino agrícola no país mobilizava personagens de relevância na sociedade da época.

Carlos Augusto Taunay⁶, por exemplo, em sua publicação *Manual do agricultor brasileiro* de 1839, criticava o excessivo número de brasileiros formados em cursos jurídicos e propunha a criação de cursos agrônômicos, em fazendas-modelo, os quais seriam frequentados por

[...] filhos dos habitantes mais abastados, destinados a serem um algum dia senhores de grande número de escravos em engenhos e fazendas se formassem na nobre e benfazeja ciência da agricultura, base de toda a civilização, fonte de toda a riqueza, com especialidade da brasileira, entrando também certo número de jovens de boa índole e aptidão antecipada, mas pouco favorecidos dos bens da fortuna, os quais seriam habilitados para serem excelentes administradores, ou para servirem as cadeiras dos mesmos cursos, ou outras idênticas que as províncias, comarcas ou vilas quisessem instituir (Taunay, 2001, p. 282).

Merece destaque também o manuscrito de Luís Riedel⁷ publicado no periódico da Sain, ‘O Auxiliador’, de 1840. Segundo o redator desse periódico, o original havia se extraviado, mas, afirmava ele, “ainda nos parece a propósito dar a conhecer aos nossos leitores, agora que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, constante em seu patriótico intento, pediu à Assembleia Provincial auxílio para o levar a efeito” (Riedel, 1840, p. 100). Ou seja, persistia na Sain o intento de viabilizar o projeto de uma escola agrícola.

Riedel, no trabalho intitulado *Ideias sobre a criação de uma Escola Normal*, analisava criticamente o estado geral da agricultura e, em suas propostas, mostrava-se favorável à ideia de o governo assumir a tarefa de implementar o projeto e destacava o alunato que a escola deveria receber:

Serão admitidos à custa do estabelecimento alunos de 14 anos para cima, que saibam ler e escrever, que tenham inteligência, boa índole e boa moral, sendo preferidos os órfãos, e os filhos de pais pobres sobrecarregados de numerosa família (Riedel, 1840, p. 105).

⁶ Carlos Augusto Taunay nasceu na França em 1791 e faleceu no Rio de Janeiro em 1867. Era filho do pintor Nicolas Antoine Taunay, membro da Missão Francesa. Além de militar e jornalista, dedicava-se à plantação de café na propriedade da família, no mato da Tijuca.

⁷ Riedel (1791-1861), naturalista alemão, veio ao Brasil como membro da Expedição Langsdorff. Antes, trabalhara em diversos jardins botânicos europeus. Foi sócio e membro da Comissão de Agricultura da Sain.

Após elencar detalhadamente as instruções acerca de terreno, culturas, publicações, catálogos, contratação de funcionários e direção, competências etc., Riedel manifestava-se contrário à criação de tal estabelecimento no espaço do Jardim Botânico:

Se o Governo a fim de estabelecer, como tentou, uma Escola Normal de Agricultura, continuando na escolha já feita do lugar denominado — Lagoa de Rodrigo de Freitas — onde hoje existe o Jardim vulgar e impropriamente chamado — Jardim Botânico —, ou nas imediações, convém declarar que não é possível a existência simultânea destes dois estabelecimentos contíguos, que por sua natureza não podem nem devem formar senão um, e só um (Riedel, 1840, p. 106).

Em 1836, o governo incumbira Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, o marquês de Barbacena, de encontrar casais suíços de Fellenberg com conhecimento dos métodos agrícolas e dispostos a trabalhar no Brasil com ensino e prática agrícolas. Uma carta do marquês a Candido Batista de Oliveira⁸ informa-nos dessa intenção:

O regente em nome do imperador, quando estabeleceu uma escola normal de agricultura nos terrenos vizinhos ao Jardim Botânico, me encarregou de mandar para o Rio de Janeiro dois casais de suíços hábeis para o ensino e prática no Brasil de todos os métodos agrícolas, empregados nas fazendas normais de Mr. Fellenberg, comprando-se por conta do governo os instrumentos de que necessitarem e que exigirem (Aguiar, 1896, p. 925-926).

Batista de Oliveira não seguiu as instruções e, em vez dos casais suíços, tentou engajar outra pessoa, Alexandre Maritri, apresentado como professor de agricultura. O marquês e o governo imperial não o aceitaram, sob o argumento que o Brasil ‘já dispunha de um sábio’. Possivelmente o objetivo era trazer para o Brasil indivíduos com experiência na implantação de um projeto daquela natureza.

⁸ Candido Batista de Oliveira (1801-1865) foi deputado, ministro, senador e diretor do Jardim Botânico de 1851 a 1859.

Desde as primeiras discussões acerca da agronomia no Brasil, chama atenção o consenso sobre a necessidade de serem fundadas escolas teóricas e práticas de agricultura. As elites da época concordavam que era imperioso investir na melhoria da agricultura. Os ‘vícios da rotina’ e a ‘ignorância’ do homem do campo deviam ser eliminados; para tanto, era imprescindível capacitá-lo com conhecimentos de técnicas ‘modernas’ e habilitá-lo para o uso de equipamentos e instrumentos agrícolas. Contudo, esse consenso não parece ter sido suficiente para mobilizar recursos financeiros e materiais na implantação de tal projeto, de forma que, de tempos em tempos, sem solução, o assunto voltava à tona.

Cabe, a esta altura, esclarecer por que a Fazenda Normal de Fellenberg na Suíça despertava tanto interesse no governo, a ponto de este querer reproduzi-la no país.

Philipp Emanuel Von Fellenberg (1771-1844) teve a influência de Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), inovador no método de ensino voltado aos órfãos e pobres. Ele fora responsável por implantar um sistema educacional em sua propriedade, nas proximidades de Berna. Inicialmente, com o ensino voltado para a agricultura, juntamente com uma fazenda modelo destinada a testar e a desenvolver práticas de manejo adequadas e novas tecnologias, o estabelecimento abrigara órfãos e crianças pobres. Unindo o estudo da agricultura a um forte apelo moral, Fellenberg ampliou a instituição e agregou estudantes de classe média, além de criar uma escola de formação de professores. Essas e outras iniciativas resultaram em sete escolas que funcionavam no mesmo *campus*. A Escola de Mr. Fellenberg tornou-se um modelo de sistema educacional, frequentada por crianças de vários países europeus. Outras escolas semelhantes foram criadas e a Suíça acabou por se tornar uma referência no ensino — para além daquele voltado aos conhecimentos agrícolas (Jones & Garforth, 1997).

O propósito de fundar uma escola de agricultura à semelhança da Suíça era mencionado reiteradamente. Por ocasião da criação do ‘Asilo Agrícola’, Couto Ferraz a isso se referiu:

O novo estabelecimento deverá, segundo penso, ser fundado em geral à imitação dos asilos agrícolas da Suíça, que tão proveitosos têm sido, e com a especialidade do de La Scharthanne, da cidade de Trogen, cantão de Appenzell, cujo regime, no tocante à parte do asilo dos meninos pobres, parece-me o mais

adequado, tanto no que concerne ao ensino teórico, com a escola de aplicação (Brasil, 1869a, p. 22).

De forma semelhante, Miguel Antonio da Silva, editor da Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, em artigo intitulado ‘Asilo Agrícola’, explica que, no asilo que implantara, Fellenberg buscava vincular o ensino formal à prática agrícola, de modo propiciar um ofício ao desvalido. Finaliza o artigo com uma reflexão sobre as crianças nascidas no Brasil depois da ‘Lei do Ventre Livre’ e sobre a necessidade de se espalhar pelos municípios do país asilos semelhantes ao ‘Asilo Agrícola’, que deveria servir como um “ótimo modelo neste gênero de estabelecimento” (Silva, 1872, p. 47).

Em seu diário, o imperador Pedro II revela seu apoio à criação de uma escola de agricultura: “O fim do Instituto [Imperial Instituto Fluminense de Agricultura] é principalmente a fundação de uma escola prática de agricultura” (Bediaga, 1999, v. 9, 12/5/1862). Um documento apresentado pelo secretário do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Frederico Burlamaqui⁹, mostra a síntese do pensamento daqueles que consideravam que o ensino agrícola, baseado em ‘princípios científicos’, era a principal ação a implementar com vistas à melhoria da agricultura. Ele criticava duramente o governo por relegar o ensino agrônomo para outro plano e valorizar outros saberes:

Se o Estado se encarregou do ensino público, desde as ciências especulativas até as das artes de puro passatempo; se ele mantém a grande custo Academias Jurídicas, Médicas, Matemáticas, de Belas-Artes, Conservatório de Música e Dramáticos, é de toda a conveniência que igualmente se encarregue de derramar os conhecimentos da arte que faz viver a todos, e de cujos progressos dependem a prosperidade pública (Burlamaqui, 1860-1862, p. 110-112).

⁹ Frederico Leopoldo César Burlamaqui (1803-1866) foi doutor em matemáticas e ciências naturais pela Escola Militar, onde lecionou até a sua aposentadoria. Um dos mais destacados intelectuais do império, atuou na vida societária de diversas instituições, inclusive na criação e nos primeiros anos do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, onde exerceu o cargo de secretário geral. Sua produção intelectual é bastante diversificada, abrangendo geologia, matemática, metalurgia e agronomia.

Burlamaqui procurava legitimar o saber agrônômico, porém, ciente das dificuldades para se implantar uma escola agrícola no país, defendia naquele momento o ensino nas escolas rurais. Contudo, Burlamaqui faleceu antes da criação do ‘Asilo Agrícola’, que se configurou pela reunião de dois objetivos: escola de agricultura e asilo para órfãos.

Trajetória do ‘asilo agrícola’

Apesar dos esforços empreendidos, não foi localizado o acervo documental do ‘Asilo Agrícola’, razão pela qual o material de apoio utilizado na pesquisa foi composto por periódicos e documentos oficiais, como atas e relatórios ministeriais. Nesse sentido, na discussão empreendida no presente artigo, busca-se inserir o ‘Asilo Agrícola’ nos debates sobre a história da educação e colaborar para pesquisas que deem continuidade ao tema, cientes de que a investigação aqui desenvolvida não pretende esgotá-lo.

O ‘Asilo Agrícola’ foi inaugurado provisoriamente nas dependências da Casa do Salitre no Jardim Botânico, “à semelhança dos estabelecimentos deste gênero na Suíça” (Brasil, 1869b, p. 19). Preocupava-se o presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura em apontar as diferenças de ‘escala’ entre o estabelecimento que então se criava e o antigo projeto de uma escola de agricultura:

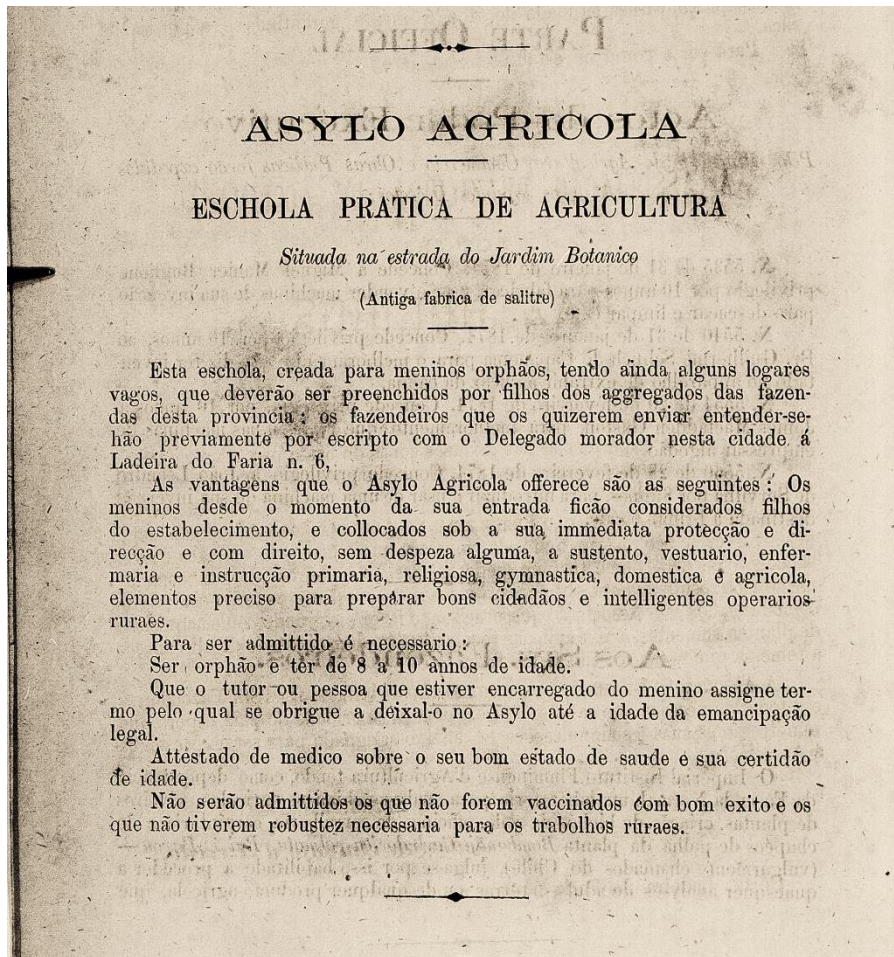
Releva ter sempre em lembrança que não é um curso normal e completo de agricultura teórica e prática, que o Instituto se propôs fundar. Para tanto não chegavam suas forças, nem por muitos anos poderão chegar.

Um estabelecimento desse gênero exigiria número muito considerável de aulas, grande pessoal habilitado, e avultada despesa para sua criação e custeamento (Brasil, 1869c, p. 21).

Procurando garantir dotação orçamentária, Couto Ferraz preocupava-se em apresentar o ‘Asilo Agrícola’ associado ao ensino profissional voltado para a agricultura como uma forma de filantropia de base moral cristã. A avaliação de que o homem do campo era ignorante pelo desconhecimento de práticas ‘modernas’ justificava o empreendimento, contudo, ao tomar para si os desprovidos do amparo da

sociedade, o presidente do IIFA ampliou a missão da instituição. É o que se verifica na imagem abaixo.

Figura 1. Anúncio do Asilo Agrícola



Fonte: Revista Agrícola do IIFA (1874, p. 50).

Quais teriam sido os motivos que levaram o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura a escolher os órfãos como público-alvo para implementar o tão almejado ensino agrícola, acrescentando ao seu objetivo inicial — formar indivíduos para o trabalho rural —, a missão de prestar assistência aos desvalidos?

A criação do ‘Asilo Agrícola’ ocorreu em um contexto em que o Estado buscava assumir a assistência aos pobres, até então prestada basicamente por irmandades religiosas. No amplo debate acerca da Lei do Ventre Livre, então em processo de negociação no parlamento, discutia-se o destino daqueles que seriam libertos com a aprovação da referida lei e contava-se com o empenho pessoal de d. Pedro II para sua aprovação (Carvalho, 1996). Iniciativas como a do ‘Asilo Agrícola’ deveriam servir, portanto, como resposta aos que apregoavam que os nascidos de mães escravas não teriam outro destino senão o abandono. Em face da polêmica instaurada ao se aventar a necessidade do fim da escravidão, o Estado buscou apresentar alternativas no processo lento e gradual da substituição da mão de obra escrava.

É possível inferir que, por conta do contexto, ao propiciar o ensino das primeiras letras e dos conhecimentos agrícolas a meninos órfãos, o ‘Asilo Agrícola’ tenha conseguido mobilizar verbas públicas para sua subsistência, mas ainda assim de forma acanhada, se comparado aos objetivos inicialmente propostos.

A equipe do Asilo era constituída inicialmente por um diretor, um pedagogo que servia de mestre de primeiras letras, um amanuense e dois serventes. Segundo Couto Ferraz, o objetivo do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, ao criar o asilo era

aproveitar meninos pobres, educando-os nos misteres da lavoura aperfeiçoada, moralizando-os pelo trabalho e religião, e ministrando-lhes ao mesmo tempo a instrução necessária para torná-los, no fim de alguns anos, bons administradores, ou pelo menos excelentes feitores, de que tanto carecem os estabelecimentos rurais no Brasil (Brasil, 1869c, p. 21).

Com o ‘Asilo Agrícola’, buscava-se atingir três objetivos: abrigar órfãos; proporcionar ensino primário e profissionalizar homens livres para o trabalho rural. Quanto a este último, é preciso considerar a dificuldade de executá-lo em uma localidade situada em centro urbano, cujos hábitos e estilos de vida são muito diversos dos que se buscava implantar no estabelecimento.

Havia a preocupação de oferecer aulas lúdicas, como as de música, conforme se constata em notícias de jornais sobre a ‘banda de musica’ do Asilo Agrícola. Um exemplo é o da cerimônia em que os meninos se

apresentaram regidos pelo professor Romualdo Pagani (Gazeta de Notícias, 8 de maio de 1877). Havia também outras solenidades, como festas religiosas, oficiais, beneficentes etc. Os meninos aprendiam o uso de máquinas e instrumentos agrícolas, lidavam com criação de animais de utilidade alimentar e também frequentavam as oficinas de marcenaria e de ferraria da Fazenda Normal do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura onde realizavam instrução prática em suas lavouras.

Novas instalações

Desde sua criação em 1869, afirmava-se que as instalações do Asilo Agrícola eram provisórias, insalubres e não se coadunavam com a missão proposta. Sua transferência para a Fazenda do Macaco¹⁰ começou a ser negociada com o governo na década de 1870, mas só se efetivou em 1884, tendo sido Couto Ferraz o principal responsável por isso. Para minorar os problemas causados pela distância entre aquela fazenda e o Jardim Botânico, foram construídos dois quilômetros de linha férrea de bitola estreita, que os interligava.

Na inauguração da nova sede contou-se com a presença do imperador, de membros do governo, de intelectuais e da imprensa. O discurso principal foi pronunciado pelo diretor do ‘Asilo’, Nicolau Joaquim Moreira, que qualificou a trajetória da instituição como ‘túbia e lenta’, embora os ‘desamparados’ não deixassem de ser atendidos. Referiu-se ao ensino como ‘essencialmente prático e elementarmente teórico’ e esclareceu que não se tratava de uma escola de agricultura, já que não formava agrônomos, mas sim de um estabelecimento que buscava “amparar o órfão desvalido e em esforçar-se por todos os modos para que nos estabelecimentos rurais do país o homem-máquina seja substituído pelo operário inteligente, e o administrador boçal pelo verdadeiro regente de fazenda” (Moreira, 1884, p. 183).

Em seu discurso, Moreira apresentou também críticas à escravidão, à coivara, à derrubada de florestas, ao uso do machado e da enxada, ao empobrecimento do solo e, por fim, à monocultura. Expressava ele as ideias de intelectuais que condenavam a falta de conhecimentos e de

¹⁰ A Fazenda do Macaco situava-se em área adjacente ao Jardim Botânico, no atual bairro do Horto. No local, funciona atualmente a Escola Nacional de Botânica Tropical do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cujo prédio é conhecido como Solar da Imperatriz.

informações ‘corretas’ sobre a lavoura, os quais deveriam ser fornecidos pelas ciências: “Compreenderemos não ser a agricultura uma indústria puramente manual, pois que, além da arte, pela regras que prescreve, assume ainda os foros de ciência, pelos princípios gerais que deduz do exame comparativo dos fatos” (Moreira, 1884, p. 183).

Ele assumira a direção do ‘Asilo Agrícola’ no ano anterior, além de prosseguir no cargo de editor da ‘Revista Agrícola’ ocupado por ele desde 1879. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura encontrava-se, naquele momento, sob sua responsabilidade e seu discurso indicava novos rumos não apenas para o ‘Asilo Agrícola’, mas também para todo o Instituto.

As instalações recém-inauguradas do ‘Asilo’ resumiam-se a uma casa principal, com 15 janelas e duas portas largas, capela, biblioteca, com cerca de quatrocentos livros de instrução primária e conhecimentos agrícolas, e dormitório para quarenta alunos, entre outras. Anexos ao prédio ficavam as estrebarias, a manjedoura, o estábulo e um espaço para atividades físicas dos meninos¹¹. O ‘Asilo Agrícola’ funcionou com uma média de vinte alunos e, com a sua mudança para a Fazenda do Macaco, chegou a ter cinquenta deles. Na nova área, as atividades foram ampliadas, compreendendo também a criação de porcos, bois, bicho-da-seda e diversas aves.

Considerações finais

Vimos que a tentativa de instalar na década de 1830 a Escola Normal de Agricultura nos terrenos do Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas e, mais tarde, na década de 1860, a de criar o ‘Asilo Agrícola’ foram polêmicas e tergiversaram a discussão principal de viabilizar o ensino agrícola no Brasil em face das especificidades econômicas e políticas do país. Foi possível constatar um consenso entre as elites imperiais quanto à necessidade de fundar escolas de agricultura. Entretanto, o empenho político parece não ter sido suficiente para destinar recursos públicos para sua execução nos termos almejados.

Assim, o ‘Asilo Agrícola’, criado em instalações provisórias (sua transferência para a Fazenda do Macaco tardou 14 anos) e com a tripla

¹¹ A descrição completa do ‘Asilo Agrícola’ na Fazenda do Macaco (Descrição do asilo agrícola..., 1884).

missão de acolher órfãos, alfabetizá-los e instruí-los no ofício da lavoura, mostrou quão difícil era viabilizar um projeto voltado exclusivamente para o ensino agrícola. Até então, a incumbência pelo internato para os desvalidos era predominantemente das irmandades religiosas, mas o Estado tencionava tomá-la para si, tendo em vista a aprovação da Lei do Ventre Livre e a conseqüente demanda por assistência que o nascimento de crianças livres nascidas de mães escravas acarretaria. Ao propiciar o ensino das primeiras letras e da lavoura a meninos órfãos, o ‘Asilo Agrícola’ conseguiu mobilizar verbas para sua subsistência, porém teve dificuldades em alcançar os objetivos grandiosos inicialmente propostos.

Nos anais do Congresso Agrícola de 1878, causa estranheza que o ‘Asilo Agrícola’ não tenha sido mencionado nas falas e nos debates, pois, afinal, era um estabelecimento que recebia dotação governamental e já contava com nove anos de atividade. Agravando tal omissão, diversas falas afirmavam a inexistência de ensino agrícola no país e cobravam do governo iniciativas nesse sentido. O único a mencioná-lo foi Pedro Dias Gordilho Paes Leme, membro do IIFA, mas sua fala esteve longe de enaltecê-lo: “Onde estão, porém, as nossas escolas agrícolas? O orador é membro do Instituto Agrícola; mas reconhece que essa associação, apesar da boa vontade, da energia que tem empregado, não produziu ainda resultado satisfatório” (Carvalho, 1988, p. 133).

É possível supor que a experiência ‘Asilo Agrícola’ tenha servido de ensaio a projetos de maior alcance. As críticas dirigidas ao estabelecimento demonstram o anseio por projetos mais grandiosos, porém de difícil execução diante da pouca verba disponível, o que se devia, em parte, ao pouco peso político dos temas órfãos pobres e profissionalização das atividades rurais remuneradas.

Referências

- Aguiar, A. A. C. (1896). *Vida de marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional.
- Arquivo Nacional (1838). Regulamento nº 15, de 1 de abril de 1838. Fundo diversos GIF, caixa 6D-55.
- Bediaga, B. (Org.). (1999). *Diário do imperador d. Pedro II* [CD-ROM]. Petrópolis: Museu Imperial.

- Bediaga, B. (Org.). (1999). *Diário do imperador d. Pedro II* [CD-ROM]. Petrópolis: Museu Imperial.
- Bediaga, B. (2013). *Revista Agrícola (1869-1891): sensibilizar o lavrador e plantar ciências agrícolas. Varia Historia*, 29(49), 169-195.
- Bediaga, B. (2014). *Marcado pela própria natureza: Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1860-1891*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Brasil. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. (1837a). *Coleção de Leis do Império: Decreto de 2 de agosto de 1837. Concede á Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, por espaço de dez annos prorogaveis, o uso-fructo dos terrenos adjacentes ao Jardim Botânico da Iagôa de Rodrigo de Freitas, pelo lado do Sul, e os edificios nelle comprehendidos, para o estabelecimento de huma escola normal de agricultura.* Acessado em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=62335&norma=78220>
- Brasil. Ministério do Império. (1837b). *Relatório ministerial apresentado à Assembleia Legislativa*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1837.
- Acessado em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1708/000034.html>
- Brasil. (1854). *Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1854: Lei 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario no Municipio da Côrte*. Rio de Janeiro, RJ: Typographia Nacional. Acessado em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18361>
- Brasil. (1859a). *Coleção de Leis do Império do Brasil: Decreto nº 2.500, de 1 de novembro de 1859*.
- Brasil. (1859b). *Coleção de Leis do Império do Brasil: Decreto nº 2.516, de 20 de janeiro de 1859*.
- Brasil. (1860a). *Coleção de Leis do Império do Brasil: Decreto nº 2.521, de 20 de janeiro de 1860*.

Begonha BEDIAGA

Brasil. (1860b). *Coleção de Leis do Império do Brasil*: Decreto nº 2.607, de 30 de junho de 1860.

Brasil. (1860c). *Coleção de Leis do Império do Brasil*: Decreto nº 1.067, de 28 de julho de 1860.

Brasil. Ministério da Agricultura e Obras Públicas. (1869a). *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869. Apenso B. Acessado em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1955/000207.html>

Brasil. Ministério da Agricultura e Obras Públicas. (1869b). *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869. Apenso B. O texto especifica que o estabelecimento suíço era o La Schartane, no Cantão de Appenzell.

Acessado em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1955/000204.html>

Brasil. Ministério da Agricultura e Obras Públicas. (1869c). *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869. Apenso B. Acessado em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1955/000206.html>

Burlamaqui, F. (1860-1862). *Relatório dos trabalhos e deliberações da diretoria do Imperial Instituto, desde julho de 1860 até julho de 1862*. Biblioteca da Firjan, livro de atas e ofícios do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.

Carvalho, J. M. (1996). *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ.

Castanha, A. P. (2007). *O Ato Adicional de 1834 e a instrução elementar no Império: descentralização ou centralização?* (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Carvalho, J. M. (1988). Congresso agrícola: [anais]. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa. Ed. fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878.

- Descrição do asilo agrícola na fazenda do Macaco. (1884). *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, 15(2): 185-190.
- Gazeta de Notícias. (1877, 8 de maio).
- Gondra J. G. & Schueler, A. (2008). *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo, SP: Cortez.
- Jones, G. E., & Garforth, C. (1997). The history, development, and future of agricultural extension. In B. E. Swanson, R. P. Bentz, & A. J. Sofranko (Eds.). *Improving agricultural extension: a reference manual*. Rome, IT: FAO. Acessado em: <http://www.fao.org/docrep/w5830e/w5830e03.htm>
- Limeira, A. M., & Schueler, A. F. M. (2008). Ensino particular e controle estatal: a reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na corte imperial. *Revista HISTEDBR On-line*, 32, 48-64.
- Martins, S. D. (2004). *Reformando a Casa Imperial: assistência pública e a experiência do Asilo de Meninos Desvalidos na Corte (1870-1888)* (Dissertação de Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Marcílio, M. L. (2006). *História social da criança abandonada*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Moreira, N. J. (1884). Asilo agrícola. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, 15(2), 181-184.
- Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. (1874). 5(1).
- Riedel L. (1840). Ideias sobre a criação de uma Escola Normal. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 8, 100-107.
- Rizzini, I. (2009). A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional - revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX. *Revista Contemporânea de Educação*, 4(7), 9-25.

Begonha BEDIAGA

Schueler, A. F. M. (2000). A ‘infância desamparada’ no *Asilo Agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880-1886)*. *Educação e Pesquisa*, 1(26), 119-133.

Silva, M. A. (1872). *Asilo Agrícola*. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, 3(11), 38-47.

Souza, M. Z. (2009). O aprendizado para o trabalho dos meninos desvalidos: nem negros escravos e nem criminosos. *Revista Contemporânea de Educação*, 4(7), 43-60.

Taunay, C. A. (2001). *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Submetido em: 20/08/2014

Aprovado em: 23/02/2015